

REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE OS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO NA GRAVIDE

DOI: 10.48140/digitaeditora.2021.007.3

3

RESUMO

OBJETIVO: O objetivo do presente trabalho é compreender a importância do estudo dos riscos da automedicação na gravidez com base nas pesquisas realizadas por diferentes estudiosos a fim de prevenir problemas em gestantes que não tem o acesso a informação e orientação necessária.

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica sobre estudos em artigos já publicados em forma de revistas on-line e meios eletrônicos.

Resultados: Ao analisar os artigos selecionaram-se os que estavam concernentes aos objetivos, no total de 10 artigos que condizem perfeitamente com todos os critérios de inclusão no qual foram selecionados. Nesta situação, além do uso inadequado de medicamentos, a ingestão de medicamentos por conta própria pode causar outros danos à saúde da gestante e do feto, provocando em casos mais graves, deformações ou deficiências, além de que a automedicação nem sempre é a melhor alternativa para resolver um problema na gravidez.

Considerações Finais: Diante do exposto, os resultados apontam que o profissional farmacêutico pode contribuir de maneira expressiva no combate a prática da automedicação em gestantes através do levantamento de informação, fazendo assim, o uso da prevenção contra a utilização de medicamentos sem a prescrição médica.

Fernanda de Sousa Lima Morais

Graduanda em Farmácia pela AESPI – Ensino Superior do Piauí Teresina – Piauí

 <https://orcid.org/0000-0003-4769-0224>

Luciene Lima Moreira

Graduanda em Farmácia pela AESPI – Ensino Superior do Piauí Teresina – Piauí

 <https://orcid.org/0000-0002-3429-3054>

Mara Layanne da Silva Félix

Graduando em Farmácia pela AESPI – Ensino Superior do Piauí Teresina – Piauí

 <https://orcid.org/0000-0002-6701-0436>

PALAVRAS-CHAVES: Automedicação; Gestante; Teratogênicos; Farmacêutica.

INTEGRATIVE REVIEW ON THE RISKS OF SELF – MEDICATION IN PREGNANCY

DOI: 10.48140/digitaeditora.2021.007.3

3

ABSTRACT

OBJECTIVE: The objective of this study is to understand the importance of studying the risks of self-medication in pregnancy based on research carried out by different scholars in order to prevent problems in pregnant women who do not have access to the necessary information and guidance.

Methodology: This is a descriptive and bibliographic research on studies in articles already published in the form of online magazines and electronic media.

Results: When analyzing the articles, those that were related to the objectives were selected, in a total of 10 articles that perfectly match all the inclusion criteria in which they were selected. In this situation, in addition to the inappropriate use of medications, taking medications on your own can cause other damage to the health of the pregnant woman and the fetus, causing more severe cases, deformities or deficiencies, in addition to the fact that self-medication is not always the best alternative. to solve a problem in pregnancy.

Final Considerations: In view of the above, the results indicate that the pharmaceutical professional can contribute significantly in combating the practice of self-medication in pregnant women through the collection of information, thus making use of prevention against the use of medications without a medical prescription.

Recebido em: 24/06/2021
Aprovado em:01/08/2021
Conflito de Interesse: não houve
Suporte Financeiro: não houve

KEYWORD: Self – medication; Pregnant; Teratogenic; Pharmaceutical.



INTRODUÇÃO

A automedicação é uma prática muito comum desde os primórdios da civilização, sendo bastante discutida na área médica-farmacêutica. Mas, o que seria essa automedicação? Quais os riscos que o uso de medicamentos sem orientação médica e farmacêutica pode provocar durante o período gestacional?

Segundo conceitos da literatura, a automedicação “é a prática de ingerir medicamentos sem o aconselhamento e/ou acompanhamento de um profissional de saúde qualificado, em outras palavras, é a ingestão de medicamentos por conta e risco por um indivíduo”. (ALVES, 2014, p. 154).

No mundo atual os medicamentos são considerados produtos essenciais na vida da sociedade. A utilização de medicamentos é a forma mais comum de terapia, porém existem estudos demonstrando a existência de problemas de saúde cuja origem está relacionada ao uso de fármacos. (DALL AGNOL, 2004)

Observando dados do cotidiano, podemos compreender que os fatores econômicos, políticos e culturais têm contribuído para o crescimento e a difusão da automedicação no mundo, tornando-se um problema de saúde pública. Os medicamentos estão cada vez mais disponíveis, o que pode gerar a prática da automedicação. (FILHO et al., 2002)

No período da gestação o uso de medicamentos é considerado um grande risco, visto que a prática acarreta danos tanto para a mãe como para o feto. Além do mais, automedicação não é aconselhável pelos médicos e farmacêuticos, pois existem medicamentos que não foram testados clinicamente em gestantes. (MUNHOZ, 2017)

A gestação é um momento ímpar na vida de uma mulher, que requer maiores cuidados e oferece barreiras éticas e técnicas à realização de ensaios clínicos, provocando assim na Farmacovigilância um desafio sobre a avaliação dos efeitos que o uso de medicamentos tem produzido no organismo das gestantes. (TOMIOKA, 2017)

Segundo dados da literatura, cerca de 50% das mulheres gestantes se automedicam. Um perigo para essa prática da automedicação em gestantes é a possibilidade de a substância provocar defeitos congênitos no embrião. Aproximadamente 2% a 3% de todos os defeitos congênitos do embrião são resultados do uso de medicamentos utilizados durante a gestação. (GUNATILAKE, 2017)

Um clássico exemplo de medicamento potencialmente teratogênico é a talidomida. A talidomida, nas décadas de 1950 e 1960, era usada como um sedativo para aliviar náuseas em gestantes. Durante esse período, cerca de 12 mil crianças nasceram com má formação, apresentando membros incompletos, má formação no coração, intestino, vesícula biliar, surdez, defeitos na tíbia e fêmur, polegar com três juntas, entre outras. Nessa época, pouco se sabia sobre o efeito de medicamentos no embrião. (LIMA, 2019)

É evidente que a prática da automedicação no período gestacional pode representar um risco alto, especialmente para o feto. É importante que todas as gestantes sejam acompanhadas e bem orientadas com relação ao uso de medicamentos. Além do médico, o Farmacêutico é um profissional qualificado para orientar e acompanhar essas pacientes na atenção básica, prestando esclarecimentos sobre os riscos potenciais da automedicação. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal elencar os riscos da prática da automedicação durante o período gestacional. (LORANDI, 2008)

Com base nesses estudos teremos como objetivo geral: Realizar um levantamento bibliográfico sobre os principais riscos da automedicação por mulheres durante a gestação, e os objetivos específicos: Elencar os principais fatores que levam à automedicação por gestantes, identificar as medicações mais comuns com potencial teratogênico e determinar o papel do Farmacêutico na orientação dessas pacientes para o uso correto de medicações e na orientação sobre os riscos da automedicação.

Diante dos problemas que surgem com o uso inadequado das medicações durante a gestação, surgiu a necessidade de se aprofundar no assunto para que de certa forma esse trabalho venha contribuir na conscientização das mulheres. Sem obstar deixar de lembrar que isso também é um alerta para todas as outras pessoas que venham a consumir tais medicações indevidamente.

Nesse sentido, o intuito desse estudo é entender as possibilidades que prevenção da automedicação pode contribuir para evitar os danos de medicações que uma vez utilizadas podem danificar o organismo de uma pessoa, em principal nas gestantes que podem provocar má formação do feto e gravidez de risco. (BOUSQUAT, 2008)

A escolha desse tema sobre a Automedicação na gravidez se deu devido a prática da automedicação ser muito comum, especialmente nas populações carentes, que tem pouco acesso à informação e aos serviços de saúde, o que acarreta risco consideravelmente alto de prejudicar o feto, caso essa prática seja realizada por mulheres gestantes. Diante disso, faz-se necessário um maior aprofundamento sobre o tema para que o profissional farmacêutico tenha informações suficientes para melhor orientar suas pacientes gestantes quanto ao uso correto e seguro de medicações.

Para levantamento de dados, foram selecionados artigos das bases de dados: Padrão de consumo e medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS, Avaliação da assistência farmacêutica à gestante na rede básica de saúde do Município de Praia Grande, São Paulo, Brasil, Inovação tecnológica na indústria farmacêutica: diferenças entre a Europa, os EUA e os países farmacêuticos emergentes, Consumo de medicamentos, álcool e fumo na gestação e avaliação dos riscos teratogênicos (SCIELO), Risco da Automedicação: informação em prol da mudança de hábito (METHODISTA), Gestação de Alto Risco (MINISTÉRIO DA SAÚDE), Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados (RSP). O levantamento dos artigos foi realizado no período de novembro de 2020.

METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica do tipo qualitativo. O trabalho considerou a pesquisa exploratória de referências bibliográficas de outros estudos. O intuito maior foi promover a conscientização da prevenção de medicamentos na gestação, aproveitando assim para fazer o seguinte questionamento: Como a automedicação pode afetar a gravidez e quais os principais medicamentos que são utilizados pelas gestantes?

Essa pesquisa tem um estudo aprofundado em coleta de dados e leitura de estudos já realizados por outros especialistas, demonstrando alguns testes realizados pela indústria farmacêutica e os conhecimentos médicos. A fonte de pesquisa bibliográfica tem uma grande vantagem, por possibilitar ao pesquisador enriquecer cada vez mais o trabalho com informações de diferentes autores.

A estratégia metodológica adotada nesse estudo foi entender melhor sobre o assunto através de ideias experientes de outros autores, essa fonte de busca contribuir para que o trabalho tenha as informações necessárias, tanto em relação ao desenvolvimento teórico e as experiências vivenciadas que foram abordadas durante todo o texto.

RESULTADOS

Segundo Menezes hoje em dia a ida na farmácia tem sido considerada a primeira opção para problemas de saúde, sendo a maior parte das medicações vendidas na farmácia sem a devida receita médica. Em países industrializados os medicamentos mais simples e comum são muito fáceis de serem encontrados em farmácias, drogarias, supermercados e até comércios pequenos obtidos sem a necessidade de receita médica, são eles, por exemplo, os analgésicos e antitérmicos. (MENEZES, 2007)

O uso de medicamentos sem prescrição médica é quando o próprio paciente decide qual fármaco utilizar, sendo que também estão incluídas nessa prática a indicação de pessoas não habilitadas, como familiares, amigos ou balconistas de farmácia, considerados de exercício ilegal da medicina. Além disso, existem muitas pessoas que se aproveitam de receitas antigas para a compra da medicação, sem que elas tenham sido emitidas para uso contínuo. (MALAFAIA, 2014)

É necessário entendermos que o que leva a automedicação muitas vezes é a dificuldade que muitas pessoas têm de se conseguir uma consulta médica, a limitação do poder prescritivo, a ansiedade em amenizar uma dor ou um problema que esteja sentindo no seu corpo, informações facilitadas sem o reconhecimento medicinal. (REV. ASSOC, 2001)

Em países desenvolvidos, o número de medicamentos de venda livre tem crescido nos últimos tempos, assim como a disponibilidade desses medicamentos em estabelecimentos não farmacêuticos, o que favorece a automedicação. (MENEZES, 2007, p. 737)

A facilidade na compra de medicamentos tem levado as pessoas a adquirir os produtos por qualquer motivo o que torna comum à consumação de medicamentos sem prescrição médica. A partir de uma pesquisa feita com estudantes 46% relataram que consomem analgésico sem prescrição médica. (ARRAIS et al., 2007)

No Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA), cerca de 80 milhões de pessoas costumam fazer uso da automedicação, o não cumprimento da apresentação da obrigatoriedade da receita médica, a má qualidade das ofertas dos medicamentos, a carência de informação e a falta de instrução a população justifica a prática da automedicação pela sociedade. (CARVALHO et al., 2003)

No Brasil, poucos estudos de base populacional traçaram o padrão de consumo de medicamentos da população brasileira como um todo. No estudo de Carvalho et al.4 (2005), a prevalência geral de utilização de medicamentos pela população maior de 18 anos, nos 15 dias anteriores a entrevista, foi de 49,0% e a automedicação, de 24,6%. Outros estudos enfocam as populações de municípios brasileiros. Entre os moradores de São Paulo, SP, com idade acima de 40 anos, a prevalência da automedicação variou entre 27,0% e 32,0%; já no estudo de Bambuí, MG, com pessoas de idade maior ou igual a 18 anos, a prevalência de consumo exclusivo de medicamentos não prescritos foi de 28,8%. Em Santa Maria, RS, 76,1% das pessoas entrevistadas afirmaram ter se automedicado pelo menos uma vez. (ARRAIS, 2016, p. 02)

Em dois povoados do Sul da Bahia, verificou-se uma prevalência de automedicação igual a 74,0%, tendo sido os antibióticos, anti-helmínticos e antimicrobicos os medicamentos não prescritos mais consumidos. Em um município de médio porte do Rio Grande do Sul (Santa Maria), encontrou-se uma prevalência de 53,3% de automedicação, tendo sido os analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios não esteróides, os medicamentos mais consumidos (49,2%). (MENEZES, 2007, p. 738)

O uso desses medicamentos de forma inadequada pode acarretar efeitos prejudiciais à saúde, tais como: reações alérgicas, dependência química e até a morte. Entre os riscos aos que costumam se automedicar com frequência estão o perigo de intoxicação e resistência aos remédios. (BRASIL, 2012)

AUTOMEDICAÇÃO NA GRAVIDEZ E MEDICAMENTOS POTENCIALMENTE TERATOGÊNICOS

Na gestação, isso acaba se tornando uma prática muito mais grave, por prejudicar fortemente o organismo da mulher, do feto, ou gerar consequências após o nascimento do bebê. O uso indevido de medicamentos pelas gestantes pode levar a efeitos tanto agudos como crônicos e até provocar casos gravíssimos e irreversíveis, por isso deve haver o cuidado na hora de ingerir uma medicação sempre estando atendo a orientação médica e buscar o acompanhamento da gestante no pré-natal. (SANTOS, 2018, p. 50)

É primordial que tenha todo um cuidado especial desde o início do primeiro trimestre até o parto. A mulher passa por um momento de transformação no seu organismo que desvincula todo o seu aspecto físico inato. A maioria dos casos de mulheres na gestação tem a necessidade de utilizar algum medicamento, sejam para problemas simples com sintomas da gestação, inflamações, infecções a casos mais graves que estão comumente ligadas a gravidez de risco. (SANTOS, 2018)

Segue as razões para que se tenha cuidado no uso de medicamentos na gravidez:

- Os medicamentos agem diretamente sobre o feto, afetando o desenvolvimento. Ou seja, pode provocar malformações e deformações (efeito teratogênico).
- Afeta os vasos sanguíneos da placenta e reduz a troca de oxigênio e nutrientes entre o feto e a mãe.

- Contraí os músculos uterinos e diminuí a quantidade de sangue que o feto deve receber, provocando anomalias congênicas. (SANTOS, 2018)

Segundo a Revista *soumamae.com*, no Primeiro Trimestre ocorre o desenvolvimento dos órgãos, o que deixa o feto mais vulnerável a tudo que receber da placenta da mãe.

No Segundo Trimestre, os medicamentos podem afetar gravemente o crescimento do bebê e o desenvolvimento do sistema nervoso dele.

No Terceiro Trimestre, a medicação pode fazer com que o feto tenha dificuldades e complicações respiratórias após o parto. (SANTOS, 2018)

Então, não existem períodos na gestação que seja melhor para o uso de medicamentos, pelo contrário, é necessário evitar ao máximo esse consumo para que a gravidez seja a mais saudável possível.

O primeiro trimestre de gestação é um período fundamental para todo o desenvolvimento do bebê, pois é a fase em que são formados os órgãos e a placenta. As mães também sentem de maneira mais intensa sintomas como enjoo, vômito, cansaço e retenção de líquidos. No entanto, a atitude de automedicar-se pode implicar diversos riscos, principalmente nos meses iniciais da gravidez. Medicamentos podem alterar o desenvolvimento dos bebês, por isso recomendamos sempre a avaliação médica antes do uso de qualquer medicamento. O mais recomendado para alívio dos sintomas é recorrer a métodos naturais, como repouso e boa alimentação. (MOURA, 2020)

Ao se utilizar uma medicação é necessário observar sobre seu risco-benefício, sendo que quando ingerido de forma errada há grande probabilidade de danos associados. As situações de alto risco são aquelas nas quais os pacientes estão mais vulneráveis à ocorrência de dano, destacando-se cuidados em cenários hospitalares, uso de grupos específicos de medicamentos, bem como determinados grupos de pacientes. Explica Soares:

A gestação é considerada situação de alto risco e o uso de medicamentos nessa etapa de vida deve ser avaliado com cautela, considerando a segurança da mulher e do feto, uma vez que pode estar associado à ocorrência de aborto, prematuridade, morte neonatal, anormalidades fetais, entre outros. (SOARES, 2020)

Logo, apesar de estudos com medicamentos ainda serem realizados em animais, com a avaliação interespecies de teratogenicidade, é importante verificar todos os detalhes na bula para que o uso seja para melhoria da saúde e não prejudicial. Um caso especial que ocorreu em 1950 exemplifica o que pode acontecer com a automedicação sem as devidas orientações. Trata-se de um desastre por causa de uma medicação indicada para náuseas no primeiro trimestre da gestação, onde resultou no aumento significativo do número de bebês nascidos com malformações congênitas, efeito esse teratogênico comprovados por estudos. (ARRAES, 2018)

Contudo, é de extrema importância que as pessoas, em especial as mulheres gestantes sejam responsáveis na hora de ingerir medicamentos, assim evitando possíveis danos futuros e conscientizando esse grupo que a medicação só deve ser ingerida em último caso, quando acompanhada por receita médica e em dosagens corretas. Digamos que a consciência é essencial para todos e na gestação requer todo o cuidado necessário a fim de prevenir problemas na gravidez. (PESSOA, 2018)

Na gravidez a automedicação equivale a 70% maior de risco que em uma pessoa comum, devido seu organismo está em constante transformação, e para uma mulher que está desenvolvendo um bebê em seu útero, as medicações podem provocar danos irreversíveis, quando o seu uso é sem a consulta médica. Os fármacos administrados têm a capacidade de atravessar a placenta e expor o feto em desenvolvimento a efeitos farmacológicos, sendo assim qualquer ingestão de medicamentos sem prescrição médica merece total atenção, sendo preferível que seja evitada o seu uso. (MIRANDA, 2008)

Na gestação as mulheres têm a tendência de se dirigir a farmácia quando sentem qualquer sintoma, antes de realizar consulta médica, principalmente as mulheres com menos grau de estudo e mal acesso as informações. Além disso, muitas não têm acesso às orientações de profissionais qualificados. Isso vem a contribuir para maiores internações em clínicas e gerarem partos de riscos, podendo provocar o desenvolvimento de crianças com deficiência e colocar tanto a mãe como o bebê ao risco de morte no momento do parto. (SILVA, 2008)

Um estudo realizado na Policlínica Francisco Carlos Cavalcante Roque, Quixadá-CE no período de março a maio de 2016 com 80 gestantes cadastradas no Sistema Único de Saúde (SUS) no momento que estavam na lista de espera para consulta pré-natal e com idade superior a 18 anos, colheu informações relacionadas às doenças, automedicação, motivos do uso dos medicamentos e possíveis ocorrências de reações adversas na utilização dos remédios. Relataram também que conforme medicamentos tiveram queixas de problemas como cefaléia (40,7%), êmese (20,3%) e náuseas (39%), sendo que a indicação partiu da própria mãe, logo, 94,9% das gestantes confirmaram a automedicação. (VITOR, 2008)

Ainda assim, os medicamentos que tem a maior capacidade de afetar o feto durante a gravidez são os medicamentos teratogênicos. Com o consumo desses medicamentos pelas gestantes, pode ocorrer a perda da gestação, alterações funcionais (restrição de crescimento, por exemplo), malformações ou ainda distúrbios neurocomportamentais, como retardo mental. São considerados os teratogênicos:

- Medicamentos: talidomida, ácido retinóico, hidantoinatos
- Drogas: álcool, tabaco, cocaína
- Físicos: radiações tipo raio-X, hipertermia (febre)
- Doenças maternas: diabetes, epilepsia, fenilcetonúria
- Outros agentes: vacinas, poluição ambiental, algumas ocupações. (GUIMARÃES, 2010)

Então, é importante que antes de consumir um medicamento deste, tenha uma consulta médica, a fim de que caso ocorra algum problema após o uso, a mãe e o médico estejam prontos para iniciar um tratamento. Isso implica dizer que é preferível não consumir e seguir as orientações médicas de como se proceder quando houver qualquer tipo de sintoma na gravidez. Além do mais, existem algumas alternativas que podem ajudar a amenizar os sintomas e não provocar nenhum tipo de efeito colateral na mulher e no bebê. (ARAÚJO, 2014)

IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES GESTANTES NA ATENÇÃO BÁSICA

Durante o período de atenção básica, pré-natal e puerperal é importante que se tenha um cuidado com a mulher desde o início da gravidez ao final da gestação, de forma que se promova um nascimento saudável da criança e bem-estar materno e neonatal. A atenção farmacêutica em gestantes ajuda a reduzir a automedicação, diminuindo os riscos, contribuindo para a eficácia terapêutica dos tratamentos com medicamentos além de ajudar na educação em saúde sobre doenças e suas complicações. (PEREIRA, 2017)

Além disso, é necessária que se haja, por parte dos profissionais, principalmente uma atenção farmacêutica no momento da indicação de um medicamento, visto que são práticas que previnem doenças e promovem a saúde. Esses profissionais podem estimular mudanças com as orientações adequadas e adotar novos meios para a solução de problemas na saúde da mulher gestante. Segundo Domingues:

“A educação em saúde é a forma mais democrática de construir um conceito amplo de saúde, de promover o autocuidado e de produzir melhores indicadores de saúde.” (DOMINGUES, 2018, p. 151)

Com o crescimento do uso de medicamentos, a assistência farmacêutica tem prestado uma atenção maior às gestantes, por entender principalmente que qualquer medicação pode colocar a mãe e o bebê em risco. No caso específico é essencial ter o produto adequado, para uma finalidade específica, na dosagem correta, pelo tempo que seja necessário, com a garantia da qualidade e a informação suficiente para o uso racional. O uso inadequado de medicações pode acarretar internações desnecessárias e o agravamento de casos clínicos, além de tornar uma gravidez saudável em gravidez de risco. (VIEIRA, 2008, p. 1419)

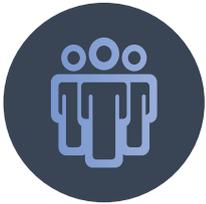
De acordo com a farmacêutica e professora do ICTQ – Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para o Mercado Farmacêutico, Dra. Rita Sampaio, a atenção farmacêutica é uma prática que prioriza a orientação e o acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes e é eficaz na redução dos agravos de doenças e nos custos para o sistema de saúde. Explica Rita:

As alterações do corpo materno geram manifestações clínicas próprias da gravidez, como distúrbios gastrointestinais (náusea, vômito, pirose e refluxo gastresofágico), alteração da resistência imunológica (infecções), alterações vasculares (dores, inchaço, hipertensão), desregulação hormonal, (diabetes) e desordens dermatológicas (cloasma e estrias). Todas essas mudanças exigem cautela no tratamento medicamentoso durante a gestação e pedem ações não farmacológicas, quando possível. Faz-se necessária uma avaliação minuciosa da relação risco-benefício da farmacoterapia na gravidez, e o farmacêutico é o profissional capacitado a dar essas orientações. (SAMPAIO, 2010)

Durante a gravidez, o uso de medicamentos deve seguir as recomendações do médico com informações de segurança na pré-comercialização, sendo de forma limitada o uso para esse tipo de grupo. A farmacovigilância é responsável por gerar os dados de segurança disponíveis para as gestantes para que no ato da compra exija toda uma preocupação com o receituário médico e os cuidados de prevenção de efeitos de medicamentos em gestantes. Conforme CRF de São Paulo:

A farmacovigilância é definida como a ciência e atividades relativas à identificação, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou outros problemas relacionados a medicamentos, sendo o farmacêutico figura essencial nesse processo, visto ser o profissional do medicamento, detentor do conhecimento técnico e de habilidades fundamentais na identificação de possíveis reações adversas a medicamentos, suspeitas de interações medicamentosas, eventos adversos por desvio de qualidade de medicamentos, detecção de possíveis inefetividade terapêutica, entre outras situações passíveis de notificação. (CRF – SP, 2015)

De certa forma, todos esses estudos apontam para a importância do acompanhamento farmacoterapêutico, como ferramenta de atenção farmacêutica, promovendo uma redução significativa dos problemas com pacientes gestantes na atenção básica. Isso se deve principalmente às ações educativas e ao maior contato do médico e do farmacêutico com as gestantes, considerados fatores determinantes para as indicações necessárias e a resolução de problemas relacionados à saúde e o uso de medicamentos. (SAMPAIO, 2010).



CONCLUSÃO

No cenário mundial em que vivemos, os medicamentos tem sido uma forma mais fácil de lidar com os problemas de saúde, no fato que amenizam os sintomas ou até anulam em poucos segundos, minutos ou horas. Entretanto, é o uso de medicações deve vim acompanhado por orientações de um profissional da área de saúde.

A automedicação tem sido uma prática constante em diversos lugares, principalmente onde o acesso ao especialista tem sido mais dificultoso. Se já é um problema ingerir medicamentos sem a consulta médica, imagine quando uma gestante faz esse uso sem a devida prescrição. O risco para uma gestante é mais elevado que qualquer outra pessoa, por ter seu corpo em desenvolvimento e por carregar em seu corpo um bebê, tende a provocar danos na própria saúde e na do feto.

São cerca de metade da população gestante que se automedica, com uma crescente aceleração na procura, devido à facilidade no acesso aos remédios mais comuns. Conforme o que foi estudado nas pesquisas bibliográficas as gestantes se automedicam devido a sintomas simples, e apesar dos avanços nas pesquisas, ainda não se tem totalmente um esclarecimento dos problemas que alguns remédios podem provocar nas gestantes.

Nesse sentido, entende-se que a automedicação não é a melhor escolha para uma gestante, o mais importante quando se trata de um problema de saúde é consultar um médico e verificar as possíveis indicações clínicas de recomendações a serem seguidas. Em alguns casos, é feito uso de medicações, porém com quantidades menores e determinado tempo. Para não correr o risco desnecessário à gestante deverá fazer o pré-natal, seguindo todos as orientações do médico, mês a mês, a fim de ocorra uma gravidez responsável e tranqüila.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Alessandra C., MUNHOZ, Igor P., TOMIOKA, Jorge, SANTOS, Neusa M. B. F. dos, SANTOS, Roberto F. dos. Inovação tecnológica na indústria farmacêutica: diferenças entre a Europa, os EUA e os países farmaemergentes. 2016.

ARRAIS P. S. D. , FERNANDES M. E. P., da Silva Dal Pizzol T, RAMOS L. R. , MENGUE S. S., LUIZA V. L. , et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. Rev Saude Pública. 2016; 50(supl 2):13s.

_____. Gestação de alto risco: manual técnico. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 5 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

MIRANDA, Laura da C. P., VIEIRA, Francisco de O. Risco da automediação: Informação em prol da mudança de hábito. 2013.

ROCHA, Rebeca S., BEZERRA Samara C., LIMA José W. de O., COSTA, Fabrício da S., Consumo de medicamentos, álcool e fumo na gestação e avaliação dos risco teratogênicos. 2013.

VIEIRA, Marlene R. da S. V., LORANDI, Paulo A., BOUSQUAT, Aylene. Avaliação da assistência farmacêutica à gestante na rede básica de saúde do Município de Praia Grande, São Paulo, Brasil. 2008.

VITOR, Ricardo S., LOPES, Caroline P., MENEZES, Honório S., KERKHOFF, Carlos Eduardo. Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS. 2007.